

# ENTREVISTA

com Carlos Gabriel Guimarães

**POR ERIC BRASIL NEPOMUCENO & HEVELLY ACRUCHE**

**S**empre sorridente e disposto a conversar com alunos e colegas pelos corredores, o professor Carlos Gabriel Guimarães nos recebeu para um descontraído bate-papo. Se o tema pode parecer pesado para alguns, História Econômica, o professor nos mostra que no bom-humor e simpatia as horas podem passar rapidamente.

Nessa entrevista, Carlos Gabriel Guimarães coloca em prática uma de suas tradicionais frases nas aulas no departamento de História da UFF: “Bate, mas bate com carinho, sempre. Nada com bazuca. [risos]”. Não se esquia de assuntos polêmicos e não evita opinar sobre o campo da história e as políticas públicas de nossa sociedade.

## **Revista Cantareira: Como o senhor começou a pesquisar história econômica?**

**Carlos Gabriel:** Eu comecei com a história econômica já na época da Graduação porque eu sou um ex - engenheiro químico (risos). Então, eu tenho uma certa facilidade com os métodos quantitativos e no estudo da História eu me enquadrei muito bem ainda naquilo, vamos dizer assim, daquela hegemonia do École des Annales e do marxismo na História aqui na Uff, onde os métodos quantitativos ainda tinham professores que não só trabalhavam com a metodologia, mas também com a história econômica, vista como uma sub área na História, mas que não é. Na verdade, a história econômica no Brasil é uma subárea da teoria econômica, que é subárea da economia (pra você ver que história econômica nem da história faz parte. [Risos])

Mas ainda tive essa presença na época [anos de 1980] não só porque eu tinha uma tradição na matemática, mas também porque eu tive colegas que trabalharam com métodos quantitativos. Por exemplo, eu trabalhei com Cesar Honorato na dissertação de Mestrado que foi interessante, sobre o orçamento do Amaral Peixoto, fui monitor de história econômica. Na época, nosso curso de História tinha três disciplinas obrigatórias de história econômica: história econômica geral I, II e III - e que eu acho que faz falta, viu?! [risos]. Faz falta porque a história econômica, no meu entender, não pode ser tratada como você chamou muito bem atenção, ou seja, o quadro geral é o quadro econômico e daí temos as especificidades. Não é isso. A história econômica, assim como a história política e a cultural, no meu entendimento,

faz parte da história, pode se levar a uma leitura, no lado marxista da história a uma história social, aí essa discussão eu não vou entrar no debate.

Mas a história econômica não é, vamos dizer assim, um quadro geral para que você depois fale da cultura, da política, não é isso. A história econômica, como qualquer campo do conhecimento, tem seu método, que é o método quantitativo, mas também tem métodos não quantitativos. Você pode fazer um trabalho de história econômica analisando um discurso. Tem vários trabalhos brilhantes analisando discurso, trabalhando sabe com o que? Romance. Eu tenho, não é uma tese, é um jornalista (não sei se ele é do Financial Times, não sei qual o jornal dele), que fez uma história da Companhia trabalhando com romances de época. E o mais surpreendente: que romance ele trabalhou para falar da primeira Revolução Industrial na Inglaterra, por exemplo? Charles Dickens. Mas é lógico! Oliver Twist, Um conto de duas cidades... não preciso falar mais nada.

Então, a história econômica não pode ser tratada dessa maneira, como uma grande forma, como um grande quadro geral para depois servir de explicação para o seu objeto. Não é isso. Ela tem método, pode ser qualitativo ou quantitativo, aí depende do seu dom e da sua afinidade. E, no meu caso específico, trabalho com a história de empresas, história dos negócios. Mas, cuidado na relação direta porque existe uma área do conhecimento da historiografia inglesa anglo-saxã que é a *business history*, da qual eu faço parte da Associação do European Business History Association, e vamos na Business History Conference; que é um campo do conhecimento que é o *crème de la crème* em Harvard. A *business history*, que é um campo interdisciplinar, com sociologia, história, antropologia, trabalha muito com os negócios.

Mas, quando eu trabalho a história da empresa, não é a empresa em si. É a empresa em seu contexto político e social. Assim, ela tem uma história, tem uma historicidade. Então, eu tenho trabalhado com o político, o social, e eu gosto muito de um tema agora, que eu tenho encaminhado muita leitura, mas com certa dificuldade [risos]: é a questão da cultura de negócios, ou seja, a empresa e quando você trabalha com autores, os empresários, os comerciantes que estão por detrás de algumas corporações de empresas, que existe uma cultura de negócios muito importante para entender a ação desses indivíduos. Olha só que coisa muito bacana... a gente até entra pelo lado da cultura, mas você está entendendo? Não é a cultura em si, é a cultura em que a sociedade atua... É complicado porque, na verdade, eu tenho que ter certa totalidade, digamos assim, que está na contramão da história. Mas, a economia está dentro dessa totalidade, mas não é esse quadro geral que muitos fazem e que vem com o social, por exemplo. Isso é muito comum, o que é uma pena.

Eu entendo que há certa dificuldade das pessoas em lerem os números, mas eu acho que aqueles números são, como está lá, aquele dado que seria uma ferramenta. Você constrói aqueles números e nós historiadores temos que estudar o que está por detrás deles. Aí eu sou muito da cartilha da Profa. Bárbara Levy, minha grande Mestre, Prof. Geraldo Beauclair, Dona Eulália (Eulália Lahmeyer Lobo) e até Dona Ieda (Maria Ieda Linhares). É essa a vertente. Agora, a economia não é apêndice de certa leitura econômica que alguns pesquisadores fazem, não é isso. Se eu critico historiadores fazendo isso, eu critico também economistas que veem a história como mero apêndice, e não é. Ainda mais em crises como a nossa agora. Vivendo a crise, são os historiadores que tentam responder a economia. Mas eu acho que não é isso, é um pouco por aí: não é apêndice. Agora, só pra terminar essa pergunta, hoje em dia eu também tenho trabalhado com a ideia de redes de sociabilidade, que é uma leitura que vem da teoria de redes que vem de vários autores que não cabe aqui, mas eu tenho gostado muito como uma ferramenta e um método. Também não podemos reduzir o ator a uma rede. Não é isso. Tem carne [risos]... Cuidado com essa rede. É isso.

---

---

**Revista Cantareira: Recuando um pouco no tempo da sua trajetória, o tema d sua dissertação de Mestrado foi a Indústria Álcool Motora no Governo Getulio Vargas (risos). O que motivou o senhor nessa pesquisa?**

Carlos Gabriel: Primeiro porque, como eu sou um ex - engenheiro químico, não sou formado; faltava o 11º período para terminar (risos), mas eu larguei por outras razões. Mas, tinha como primeira causa a questão da indústria na Era Vargas (1930 – 1945) que sempre me interessou na época. E, na verdade, quando eu trabalho a indústria Álcool Motora, é como eu falei, não é a indústria em si. Na realidade, penso em qual é o projeto político que estava por detrás da montagem dessa indústria álcool motora, que era uma mistura de gasolina e álcool na Era Vargas, ou seja, o início do Pró-Álcool. E as pessoas se esquecem disso...

Na verdade, o que mais me interessou era entender um pouco esse discurso varguista que diz tratar a indústria Álcool Motora como a indústria nacional por causa do elemento externo, que é a gasolina. Não existia a Petrobras e, mais ainda, buscava entender uma autarquia chamada Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA). Por quê? Porque na época era muito preso a uma leitura marxista, e de repente acho que não me desvinculei dela, mas eu acho que o marxismo... Para mim quem é marxista tem que fazer a práxis (pode colocar isso, viu?! ) – risos. Uma coisa é você falar que é marxista dentro de uma universidade, posando de revolucionário. Pra mim, não. Se você é marxista, você tem que fazer a práxis. Se você não faz a práxis não tem como você ser marxista. Vamos começar a separar quem é marxista e quem não é. Então, eu acho que por isso nunca fui. Mas, na época o que mais me interessou foi justamente entender essas autarquias e o papel social e político – e não só o econômico – das autarquias.

Aí eu aprendi muito com minha grande Mestra Sonia de Mendonça, que foi também orientada pelo grande Mestre José Jobson de A. Arruda. Então, o papel da autarquia na condução da política econômica do Estado varguista, me lembrei do Oliveira Vianna, o pai da criança, o criador disso, que era o que? Era justamente fazer uma oposição as centrais sindicais, fazer oposição a essa literatura mais sindicalista, mais conflita a sociedade civil e justamente se criando a autarquia você traz um conflito social e político para dentro da sociedade política. É uma leitura muito pesada na época, mas eu me baseei na Sonia Draibe, “Rugas e Metamorfozes”; que ela trabalha com a ideia de que as autarquias estatizam os conflitos sociais. É um pouco de Poulantzas com Gramsci, tudo para ela era uma grande novidade... E foi muito legal porque você vê isso claramente. E o que mais me surpreendeu, por exemplo, é você ver na frente dela o presidente, o mais burocrata, o Presidente da ABI, Alexandre Barbosa de Lima Sobrinho, Presidente do IAA na época do Estado Novo (1937 – 1945). E ele com um discurso de que “Isso mesmo: industrialização.” Segundo ele, na época, houve a primeira reforma agrária, chamada Instituto da Lavoura Açucareira. E interessante o Alexandre Barbosa trabalhou no Estado Novo. Aí você vê toda uma discussão nova de grandes intelectuais de esquerda, a democracia, tiveram um passado... Então foi isso, por isso que eu trabalhei a indústria, mas não a indústria em si. Entender o projeto político (que é social, que é econômico) que tá por detrás da montagem de uma indústria “nacional” numa conjuntura bastante complicada que foi a década de 1930 a 1945.

Então foi isso. E pra mim tem tudo a ver com o professor Geraldo, a Sonia de Mendonça... Agradeço e muito também, numa leitura diferente da Sonia, mas que eu não avancei, não trabalhei a questão do trabalhismo, mas não quis entrar nessa disputa. Mas, um curso brilhante que a prof. Angela de Castro Gomes – que foi a outra leitura. Quer dizer, que pude ter nessa época condições para desenvolver esse tema. Embora eu não tenha focado a questão do trabalhismo, não entrei pelo lado do trabalhismo no debate com Werneck Vianna (muito complicado), mas eu fui na linha da Sonia Draibe e com a Sonia Mendonça e fiz esse trabalho,

que é bastante razoável (risos), ainda mais que na época a informática era o... (esqueci o nome – risos) e olha, coisa de louco, viu? (risos). Foi muito bacana. E depois eu dei uma outra guinada, né? Depois, se você for emendar a do doutorado (risos), uma coisa que a Sonia Mendonça até hoje implica comigo é que eu deveria continuar com esse tema. Eu trabalhei de 1930 a 1945, podia ter trabalhado de 1945 até o Pró – Álcool, na época da ditadura militar. Mas aí eu não fiz isso porque eu recuei mais no tempo histórico, vamos dizer assim, e aí tive acesso a uma documentação de um norte americano ligado a capitais europeus, chamado Percival Farquhar, aquele homem do prédio número 1 da Av. Rio Branco, que é da Light... Eu ia trabalhar uma firma... Tem a ver com indústria, mas é uma firma, uma *holding* na verdade, chamada Brazil Railway Company. E foi aonde eu conheci o objeto que eu entrei no Doutorado em São Paulo; sob orientação do Prof. José Jobson Arruda.

Também fui pra São Paulo por causa do falecimento da minha mestra Bárbara Levy. Ela faleceu e eu tive a virtude de passar no concurso para o lugar dela um ano depois para o Departamento de História da Uff. Mas, isso me desanimou, e foi bom porque eu saí um pouco da Uff. Professor Geraldo também falou que seria bom e o Prof. Jobson foi orientador do Prof. Geraldo e da Sonia Mendonça. E aí eu fui pra São Paulo com esse tema e em virtude de uma dissertação de Mestrado sobre a mesma *holding* que controlou todas as estradas de ferro e portos do Brasil na República Velha até as vésperas da Segunda Guerra (só não controlou a Inglesinha – estrada de ferro que liga Santos a Jundiá). O resto, passou a controlar todas as ferrovias e portos de Norte a Sul; desde a Madeira – Mamoré até as ferrovias do Centro – Sul, com exceção da Inglesinha.

Como teve essa dissertação de Mestrado de um orientando do Prof. Flavio Salles, que é um professor muito legal lá da USP, de grande capital intelectual também, me desanimou... engraçado que tempos depois o Flávio falou: “Você podia ter continuando com esse tema”, mas é que ele passou pro orientando dele uma documentação da França porque o Percival Farquhar era um americano, mas é bom lembrar que era um americano que trabalhava principalmente com os capitais europeus. É bom lembrar que até 1915 o centro financeiro e comercial do mundo era europeu. Não era Nova Iorque. Então, as pessoas tem que tomar o cuidado que o sujeito pode ser americano e tranquilamente o dinheiro não era americano, era predominantemente europeu. Como era francês porque essa Brazil Railway Company tinha preventos com o PARIBA, Banco de Paris e dos Países Baixos, vinte anos atrás, com Fernando Henrique Cardoso: privatizações. É o mesmo banco. E é o maior banco francês, de Paris e dos Países Baixos. Aí você vê que a coisa é outra praia, né? (risos)

Eu fiquei chateado, vamos dizer assim: “puxa, o rapaz já stá trabalhando com a documentação...” Aí eu fui trabalhar com o Mauá...

### **Revista Cantareira: Por que o Mauá?**

**Carlos Gabriel:** Por causa do “Mito Mauá”. E também de certa forma eu sempre tive a implicância com esse mito, né? Porque o Mauá realmente extrapola o ambiente regional e local. Ele, eu acho, que é um mito nacional no sentido de “o comerciante e o industrial”. Ele está lá no Pará como está no Rio Grande do Sul. E, em São Paulo, é o único, assim, carioca (embora seja gaúcho) com uma sala: a sala Mauá, na FIESP. Isso é surpreendente porque não tem. É gozado falar nisso, existe sala Mauá. Não sei se existe sala Mauá na Associação Comercial de São Paulo, acho que tem também. Porque ele está tanto na Firjan quanto está na Associação Comercial do Rio de Janeiro, está lá na Associação Comercial de Belém, está na Bahia, está no Rio Grande do Sul, mas está em São Paulo também na Associação Comercial. Na Firjan eu sei que está, na Fiesp também. Aí, fui trabalhar esse mito, mas querendo desmistificá-lo.

---

---

Eu aprendi muito com a Profa Angela no curso dela com um autor chamado Raoul Girardet, “Mitos e mitologias políticas” (que eu recomendo, risos). Tudo bem que o Girardet cai de pau na esquerda quando ele critica aquela leitura da Revolução Francesa, do calendário, do novo mundo... Tá inventando, né? (risos). Me lembrou muito o Eric Hobsbawm, “A invenção das tradições”, o livro é muito isso. Nem que seja uma tradição revolucionária (risos). Tem que se inventar para dominar.

A partir dessas leituras, e depois fui para o Norberto Bobbio e a própria questão do mito na Antropologia, vamos dizer assim, eu não aprofundei nisso, eu falei: “Não, esse cara tá muito mito para mim”. Eu tenho que desmistificar. E aí eu desconstruí, a partir de um estudo de uma empresa de um banco na qual fica muito claro que ele era um negociante de grosso trato, como era a cultura de negócios (aí aquela coisa que já falei pra vocês da ideia de trabalhar com cultura de negócios) e mostrando que ele não tem nada de novo como a história ou uma certa história tenta passar como “Era Mauá”, como então aquele que fazia sombra ao Imperador, ou aquele do filme “Mauá: o Imperador e o Rei”. Aquilo é uma balela.

Na realidade, Mauá era um homem de seu tempo. Ele tinha o monarca acima dele. Fazia parte daquela sociedade de corte, tinha casa aonde? Em Petrópolis, perto de onde o Imperador tinha. Tinha casa também em São Cristóvão, na Av. D. Pedro II, ali onde era o antigo Batalhão de Artilharia perto do museu. Ou seja, era um homem de corte ligado ao projeto imperial. Ele era do Partido Liberal, mas tinha amigos no Partido Conservador (e como!). E, na verdade, ele era um negociante de grosso como estava no vocabulário da época; que diversificava seus negócios na leitura marxista, quer dizer, aquela personificação do capital mercantil, mas que reduz os riscos diversificando. É como diz o Braudel: é aquele que está no topo da hierarquia mercantil e é o que diversifica, chega aqui na base é especialista. Ora, é justamente esse negociante de grosso que era o Mauá. E eu trabalhando nesse plano vi que não existe holding nenhuma, como uma certa leitura e alguns biógrafos tentam colocá-lo como homem moderno, e não é nada disso.

Ele era um homem intimamente ligado aos ingleses, principalmente o grupo da Carruthers, que foi patrão dele e que depois sócio da firma Carruthers & Irmãos e depois Carruthers & Company e que na verdade não era um grupo mercantil inglês, mas era um grupo de Liverpool (É pra tomar cuidado, eu achei isso.). Tem que se tomar cuidado porque há um conflito no Reino Unido que essas praças mercantis não eram assim. Eram inglesas, mas havia diferenças entre elas. Liverpool é uma coisa, Notre Dame é outra. E a nível de Brasil: o Brasil fazia muito mais comércio durante muito tempo, mais com Liverpool do que Londres. Então, a gente tem que tomar cuidado com esses espaços dentro da Inglaterra que não é bem assim. Lógico que a tendência vai ser gravitar muito mais em torno de Londres, vai crescendo no século XIX, mas cuidado que não é bem assim. Trabalhando com o Mauá e vendo essa cultura de negócios, e mais, trabalhando com a tese de que esse banco fui voltando pra trás por causa do negociante de grosso trato, patrão dele, Joao Rodrigues Pereira de Almeida, que nesse filme (“Mauá: o Imperador e o Rei”) é tratado como traficante, um homem com aquela voz meio tamancão... é um absurdo porque Pereira de Almeida é o primeiro Barão de Ubá e o pior: é o primeiro barão de café do Vale do Paraíba. É um negociante, contratador, traficante, tá? Ele vai ser conselheiro de D. João. Aliás, ele vai ser o diplomata que vai negociar o retorno da Corte em 1821.

É o Pereira de Almeida que aparece no filme (risos), é aquele tamancão? Nada disso. Você pega o Saint – Hillaire nas “Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas”. Quem o financiava? O poderoso Barão de Ubá, que na época não era barão. Era senhor de engenho, depois virou cafeicultor. Açúcar e café, como diz Ilmar de Mattos, é a relação direta. Os senhores de engenho não tem nada contra cafeicultor. A maioria é engenho e depois produz café. É isso mesmo. E

mais, aquela coisa do senhorio, aquela coisa da cultura senhorial, está no *ethos* dessas pessoas, e esse era o negociante que Mauá começou a carreira.

Quer dizer, aí começa a me chamar atenção essa coisa da inter-relação de redes de sociabilidade, negociantes de grosso e toda uma leitura mítica do Mauá visto como certa facção liberal, ou seja, aquele indivíduo que o Estado tolheu. Ou aquela visão nacionalista do mesmo, de esquerda, que precisava de apoio do Estado contra os ingleses. Duas ficções. Porque ele é inglês, ele está ligado ao Estado, recebeu benesses do Estado e pior: tem tudo a ver com o tráfico negreiro. A firma dele, a inglesa Carruthers & Company está coladinha com os grandes traficantes. Tanto é que quando tem o Bill Aberdeen (1845) é ele quem tem que responder ao Aberdeen. E não é a toa que eles recuam...

**Revista Cantareira: Então a gente pode pensar no Mauá como um intermediário entre os negócios do Brasil e os negócios ingleses?**

**Carlos Gabriel:** De certa facção inglesa, sim. Não é a facção do Rothschild. Aí é diferente. Eles se uniram, por exemplo, na São Paulo Railway Company, a famosa inglesinha que liga Jundiá a Santos, mas não é o mesmo grupo, tá? No filme, ali ele tá todo errado (risos). Aquele filme, aliás, ontem ele passou no curso da noite de História do Brasil com o Prof. Luis Fernando Saraiva, um grande colega com um grande cabedal e, aquele filme tá todo errado do início ao fim.

**Revista Cantareira: Nunca passar esse filme pras crianças. (Risos)**

**Carlos Gabriel:** É, eu acho que só tem uma coisa boa naquele filme, que é a produção. É boa, de época. Embora tudo bem que a Malu Mader não envelhece, o Paulo Betti também não (risos) e o Imperador tem aquela cara de tonto e tem aqueles personagens de ficção, a produção até que vale a pena. E se encaixa bem pra certa literatura de Ensino Médio que quer falar em Era Mauá. Agora, eu tenho que fazer uma nova leitura desmistificando (risos) porque eu acho necessário, sabe? Porque senão a gente está reproduzindo. É lógico que estão reproduzindo o mito e tem lá hoje uma estátua em frente a Associação Comercial do Rio de Janeiro... Vai bater ali? Aí, tem que ter fôlego para bater. Mas eu acho que não pode reproduzir tudo isso, eu acho que isso, sabe, não é fazer história. Na verdade, você está fazendo uma memória e história e memória são diferentes, tá?

Agora, foi isso. Eu trabalhei uma empresa, da indústria fui pra empresa comercial e agora o que me interessam são os atores sociais. Tudo bem que eu trabalho com a elite, né? Não com os negros de vocês [Hevelly e Eric, risos], tá? Mas eu acho que tem que trabalhar a elite, vamos dizer assim, para entender os negros e vice-versa. Eu não gosto dessa compartimentação porque se não tiver gente trabalhando com a classe dominante empobrece a leitura das classes subalternas. E se não tiver ninguém que fale de classe subalterna empobrece.

No século XIX, todos esses homens eram escravistas. Mantém seu monopólio como diz o mestre Ilmar de Mattos, a recunhagem da moeda colonial, que é a criação do Estado imperial e é uma grande negociação, entendeu? Você tem que ter seus monopólios, os proprietários de terra também e todos estão casando entre si... O Mauá, eu aprendi isso, tinha íntima relação com o pessoal do Vale [do Paraíba]. Por que: porque o seu primeiro patrão esteve no Vale. Então, o Mauá não era nada anti proprietário de terras, nada disso. Muito pelo contrário (risos).

Ele diz isso. As pessoas acham que o Mauá era pró-comércio não. A indústria pro Mauá é a indústria que produz riqueza, que pode ser a indústria agrícola, como é o termo de época. A agricultura é indústria ou não é? É um grande erro as pessoas acharem que não é. Não é a toa que você tem os produtores rurais hoje em dia no moderno business, agrobusiness, mas

---

---

também são produtores. E nós somos o que? Uma agroindústria, e estão errados? Acho que não estão não. Mas aí cria problemas de natureza ecológica...

**Revista Cantareira: Achamos que seria bom falar um pouco dessa opção de se pensar o Mauá ligado nesse mundo atlântico, que passa um pouco despercebida...**

**Carlos Gabriel:** Sim. Aí você não ultrapassa não. Uma coisa que eu não estou fazendo, mas estou orientando um trabalho agora de Mestrado de uma firma norte americana na qual o norte-americano é da região do sul dos Estados Unidos, a Maxwell Right, e ele está trabalhando nessa perspectiva, o que eu não fiz, Eric. Que está avançando muito uma nova leitura que tem chamado atenção, que são a partir do Ricardo Salles, do Rafael Marquese e o Dale Tomich que é o que? Mostrar a inserção desse sistema atlântico, mais especificamente na América do Norte e do Sul, Cuba e Caribe e para o Brasil desse novo escravismo – que eles chamam de segunda escravidão – que é um novo sistema mundial capitalista, vamos dizer assim.

Isso tem a ver com uma leitura do lado da historiografia de São Paulo; mas é uma leitura nova porque mostra o papel do café nisso. Não é que o café domine o Império como um todo, mas é como o Marquese e o Tomich falam: sem o café jamais haveria essa recunhagem da moeda colonial. É lógico que as províncias têm economias locais, regionais, que não são exportadoras. Minas Gerais, no século XIX, não era uma área de base exportadora e era a maior província escravista. Isso é surpreendente porque mostra o padrão de acumulação interna. O Roberto Borges Martins fala isso e eu acho que tem que ler. E tem que ler essas especificidades regionais. Agora não tenha dúvidas que sem o café, a dinâmica e o grau de inserção que ele possibilita no Estado imperial jamais se concretizaria. Agora, esse mundo atlântico é importante porque o Mauá faz parte desse mundo. Por quê? Porque não só o seu inglês como o primeiro patrão dele eram homens do mundo atlântico. Aliás, eu to trabalhando no meu projeto de pós-doutorado. Eu estava na dúvida entre ingleses e portugueses (risos). Tudo isso por causa do leitor crítico do meu amigo Eric aqui, o Mathias [Assunção, professor de Essex], que depois que me falou (pode colocar isso, [risos]) que em Liverpool o inverno é o fim da picada, eu desisti (risos). Desisti dos Beatles, embora eu seja um “Rolling Stoniano” [risos].

Eu sou fã do Keith Richards, só falta os maracujás na cara (risos). Eu gosto de gente que é o meu oposto, sabe? Engraçado que sou um careta, mas meus ídolos são totalmente malucos, é verdade (risos). É gente doida. Eu sou um eterno careta, né? Agora essa coisa do Atlântico é muito, que mostra uma dinâmica quando a gente trabalha como tem feito agora na história econômica, mas numa linha da história social da economia no sentido de perceber a ação desses agentes, desses indivíduos nessa totalidade você vê que os negociantes portugueses não eram nada daquilo que hoje se teima falar. Tamancão, que é velho, atrasado. Não é nada disso. Eu, trabalhando com Pereira de Almeida e seus irmãos, que é o Joaquim Pereira de Almeida e o Antonio Pereira de Almeida, por exemplo, no final do século XVIII estavam aonde? Na Ásia. Onde é que estava o Pereira de Almeida, patrão do Mauá? Estava com seu tio, que era o Antonio Ribeiro Avellar, que era um dos maiores grossistas do Rio de Janeiro, ligado a Conjunção Mineira e a família Ribeiro Avellar cheia de barões e viscondes lá no Vale do Paraíba. Então, o pai, que era um grande negociante grossista de Lisboa, um dos mais ricos e poderosos, segundo meu amigo Jorge Pedreira, na Praça de Lisboa do século XVIII, o filho no Rio de Janeiro com seu tio, dois irmãos na Ásia... Eu tenho um circuito atlântico e tenho um sistema índico e conexões. Brilhante! Onde é que estava o Botocudo nisso? Desculpe os índios aí... (risos).

E mais. Um na Ásia, no Estado de Macau, que era o Joaquim Pereira de Almeida e o outro sabe aonde? Em Bengala. Aí, quando você estuda os portugueses em Bengala: “o que eles

estão fazendo em Bengala? Nada.” Tudo. É a porta de entrada para a China. E a segunda maior comunidade mercantil estrangeira, depois dos ingleses.

A gente tem um antilusitanismo forte, parece que a gente quer cortar o português desde a nossa independência, nós somos antilusitanos. Porém quando se trabalha no nível dos negócios, dos atores e das redes de sociabilidade...

Um colega, Flávio Pesavento chama de redes transimperiais... nossa, nesse império ou nesse sistema colonial, escolha os conceitos, o que mais tem é estrangeiro, redes, cruzando as fronteiras. Tudo bem que tenha problemas linguísticos, étnicos, religiosos, isso faz com que cada um defenda sua fronteira étnica e simbólica. Mas se você analisa a atuação deles é surpreendente. E aí dá uma outra leitura, né. Na bacia do Prata está cheio de português até o século XIX.

A gente tem que mudar isso, mas é difícil, porque tem o antilusitanismo, o português – por conta das novelas – é dono de padaria ou de botequim, o italiano é o gostoso, tipo Thiago Lacerda, é o protótipo do Garibaldi, até parece que os italianos eram aquilo tudo. Na verdade era tudo “sertanejo” fugindo da miséria e da fome de lá [da Itália].

Agora, quando eu trabalho esses atores e quando eu faço uma história social da economia, na verdade faço história econômica que é isso, eu começo a inverter isso tudo. E é o que eu tenho feito negociando com os negociantes grossistas portugueses, com os ingleses também. Outro mito, por exemplo, quando eu trabalho com os ingleses (e foi o Mauá que me permitiu isso) foi possível achar aquela ideia do Gilberto Freyre no livro “Os ingleses no Brasil” – um livro ótimo – Freyre é bom, eu reconheço. Quando eu era estudante de graduação eu compartilhava com aquela leitura de São Paulo: “Freyre não vale nada!” Não é nada disso, embora ache que o Sergio Buarque é melhor, mas aí é gosto [risos]. Mas o Gilberto Freyre é brilhante não só no Casa Grande e Senzala que hoje em dia acho uma obra menor, prefiro Sobrados e Mocambos e a nível de pesquisa histórica “Os Ingleses no Brasil”.

Ele foi o primeiro sociólogo a trabalhar com a documentação do *Jornal do Comércio* para justamente entender os ingleses a partir dos recrutamentos. Só que isso é um exagero dele, porque quando eu analiso as firmas inglesas, tudo bem recrutava, mas era tudo indicação, as sociedades eram todas de irmãos, não tem esse negócio de vamos recrutar pelo Jornal do Comercio, como diz o Freyre uma forma moderna de recrutamento pelo mérito.

Que mérito o que, Freyre!

Me desculpe, mas não era nada disso, não. Existe um problema na documentação, por que isso estava na conservatória inglesa criada a partir dos tratados de 1810, com foro privilegiado de comércio, de fazer justiça até 1844, então essa documentação desapareceu, o que é um a pena; aqui no Brasil, por que em Portugal está direitinho lá na Torre do Tombo. Eu sei que eu pesquisei várias caixas maravilhosas: inventários, testamentos, tudo dos ingleses tá ali. E aqui desapareceu. Espero que o Tribunal de justiça consiga resgatar isso.

Quando eu analiso esses comerciantes ingleses eu começo a perceber a questão das famílias. É o que uma História Econômica inglesa, da Business History, trabalhando com comércio e comerciantes tem chamado atenção, a ideia da família, essa rede familiar que dominava o comércio inglês também. Surpreendente falar isso por que a gente tem uma ideia do inglês moderno, etc.



---

---

Tudo bem, reconheço que tem uma diferença. Eu tive acesso agora a uma documentação de uma família de traficantes ingleses, um livro de contas de um grande negreiro inglês das Antilhas, uma das maiores famílias negreiras de Liverpool. Existem diferenças, aí eu achei diferenças. Aí eu concordo com essa leitura Weberiana, eu vejo nesse livro de contas do negreiro inglês ativo e passivo. Isso infelizmente eu não encontro nos portugueses, eu não tenho esses livros para os portugueses, não encontrei isso. Essa racionalidade é diferente. Se isso significa modernidade ou não, aí temos que avançar.

Mas quando eu vejo a organização da firma é familiar, recrutamento familiar. Isso eu vi na Carruthers & Cia, que é de Liverpool, com pessoa de origem escocesa e presbiteriana, mas vi isso também numa outra firma inglesa que eu trabalhei que era judia. A poderosa firma Samuel Philips, onde também tudo é arranjo familiar. Essa firma é interessante porque um dos irmãos do Samuel que estava aqui, o Moses Samuel foi casado com uma irmã da mulher do Nathan Hotshield e do Montefiori, dois importantes judeus na Inglaterra e fundamentais para entender o Estado de Israel hoje. Eles são os poderosos da Sinagoga Asquenazi de Londres.

Eu trabalhei com essas pessoal, o que mostrou que, do ponto de vista da organização não havia diferença se era português ou inglês ou judeu, é o mesmo padrão

#### **Revista Cantareira: podemos, a partir disso pensar numa questão prosopográfica?**

**Carlos Gabriel:** Sim, no sentido de se pensar trajetórias sim. Não no sentido de uma história biográfica. Biografia é uma coisa, trajetória é outra. Mas eu acho que sim. Acho que é um método importantíssimo pra se trabalhar trajetórias individuais. Agora, cuidado. Não pode também, na minha leitura, indivíduo pelo indivíduo, não é isso. É um indivíduo que só se enxerga fazendo parte de uma família. E quando ele defende as suas causas não é dele, é o nome. Isso ainda é muito uma cultura de antigo regime muito forte, temos que tomar cuidado com isso. Pois às vezes a mão pesa muito pra uma ação individual e esquece-se de fazer a boa história, que é a micro história italiana. Tem uma pesquisa da totalidade no final.

É o indivíduo sim, o ator individual, dependendo de que autor da micro história que você trabalha vai se perceber que pode se dar uma mão maior no indivíduo, mas todos estão ligados a família. O Levi fala sobre isso e um discípulo dele – talvez ele não vá gostar muito de eu usar essa palavra – que é o Michel Bertrand, um francês muito bom que trabalha com a Nova Espanha – a principal colônia do mundo hispânico, e até hoje o México se acha maior que todos os outros, né [risos] – trabalha com essa perspectiva de trajetória, mas o que dá sustentáculo a esse indivíduo é ele pertencer a uma família. Isso é fundamental ainda mais numa sociedade de antigo regime, uma sociedade não capitalista. Mesmo na sociedade capitalista, que valoriza o indivíduo, o que mais tem no mundo dos negócios é sociedade familiar. E entre eles, com casamentos consanguíneos... e aí volta a ideia de rede. Existe uma forte leitura de redes de sociabilidade, redes sociais densas, menos densas que é muito interessante de se trabalhar. A metodologia de redes eu acho fundamental, pois você começa a entender essa formação estrutural

#### **Revista Cantareira: e a própria circulação das pessoas...**

**Carlos Gabriel:** Sim. Entender essa amarração estrutural. Lógico que muitos marxistas não vão gostar do que eu estou falando, mas eu não tenho dúvida quanto a isso. Tenho hoje em dia entrado num debate pra isso: existe uma rede, existem laços familiares. Não estou negando conflito vertical, mas tem que pensar também na horizontalidade, pois está tudo interligado. Mostra como a sociedade é viva, seja econômica, política, cultural, está tudo interligado. E acho

que a metodologia de redes permite isso. E é o que eu tenho tentado fazer.

Saí do “econômico econômico” e estou indo pra uma história social e econômica, mas é o que tem me agradado hoje em dia em fazer.

**Revista Cantareira: Nas últimas décadas nós vimos muito a crítica a uma historiografia “economicista” que não veria as pessoas no processo histórico. E tudo o que o senhor está falando é justamente o contrário...**

**Carlos Gabriel:** Isso. Quando você pega as grandes historiadoras que tem um base econômica elas sempre pensaram no indivíduo: Dona Eulália, Maria Bárbara Levi e a própria Dona Yeda. O problema qual foi: é sabido que houve uma radicalidade da historiografia dos Annales quando o método quantitativo realmente deu “um caráter científico” à História que quando radicalizou realmente trouxe problemas. Se pegarmos os estudos da segunda geração dos Annales sobre essa questão econômica realmente o método quantitativo levou a esse exagero. Ou seja, existe uma frase – não sei se é espanhola ou francesa – numa arguição o Braudel, ou outro, abriu a tese e viu muitas tabelas e números e fez a seguinte pergunta: “vejo muitos números, onde estão as castanholas?” Era uma tese sobre Espanha e a pergunta foi essa, cadê aqueles que estão por trás desses números.

O triste, eu reconheço, que houve uma vertente da historiografia econômica que ficou muito economicista, começou a entrar uma certa modelagem matemática de reconstruir números, o que não é de todo ruim, sabendo dosar isso, sabendo utilizar, mas dentro das condições que são dadas. Tem gente que faz o contra fatural, utiliza a econometria e eu não tenho nada contra isso. Mas o ideal é ir para além disso, porque só rodar o modelo de computador pode dar certo ou errado. Quando dá errado, qual é a resposta: deu errado eu faço outro. Não é assim, História não é assim.

Houve isso, mas o gozado é que quando você pega os grandes historiadores – o próprio Braudel, Pierre Vilar, Labrousse – estão longe de ser economicistas. Eu não acho. Ficou rotulado, principalmente pelo pessoal da micro história, o paradigma Galilaico. Cuidado! Eu sempre trabalho com uma frase do Marc Bloch – que é o pai da criança, podemos dizer [risos] – que ele diz que é muito bom estudar as histórias particulares, na Introdução à História. Eu cito muito esse parágrafo dele. Eu passo do geral para o particular ou do particular para o geral: escolha. Agora nunca esqueça os atores.

A história econômica teve uma época que realmente trilhou por esse rumo de números, método quantitativo... Há de se convir que houve necessidade de se fazer isso. Muitos trabalhos de história econômica nesse sentido são importantíssimos. Por exemplo, você pega o professor Jobson, “Comércio Colonial”, é um baita trabalho. O próprio Fernando Novaes, com toda a crítica, mas é bom fazer crítica. É como eu brinco com os alunos: “faz igual”. “É um homem de um livro só?”. Faz igual então, e na época que ele fez. Todo produto é do seu tempo e tem sua história, não é pra jogar na vala, não pode fazer isso. É um brilhante trabalho. Lá no Novaes tem uma baita história do reformismo do estado de Dom Rodrigo. É o primeiro historiador junto com o Maxwell a falar do Dom Rodrigo, que nem os portugueses falavam .

Mas houve sim essa leitura, uma leitura enviesada, pois a História é uma História Social, feita por historiadores, agora quando os economistas fazem a história econômica aí a leitura é um pouco diferente porque é um outro campo de conhecimento, são outras metodologias, tem mais métodos estatísticos e quantitativos que o historiador.

Isso que empobreceu a história econômica.

---

---

Eu quando faço história econômica o que eu quero na verdade é fazer a história social e política – que é econômica.

Agora, eu também reclamo pro pessoal que faz história social, mas não casa com a política nem com a economia. Por exemplo, escravidão. Eu gosto de ver quanto vale o escravo, assim entendo a conjuntura, entendo porque após 1870 eu vou continuar pagando um conte reis por um escravo se eu posso trazer um “sertanejo” de Veneto na Itália a preço de banana? É quanto valia um italiano. Vou continuar pagando um conte de reis? Não. Vou trazer mão-de-obra barata. Da onde? Da Europa.

Aí eu gosto de ver os números, porque pra eu trabalhar escravidão eu preciso ver os preços, pra saber sobre a reprodução escrava...

### **Revista Cantareira: É o problema da compartimentação...**

**Carlos Gabriel:** É o problema da compartimentação. É o que o François Dosse há muito tempo atrás criticando a chamada história em migalhas. Quando você compartimenta demais, fragmenta demais você não entende a totalidade. Eu também não quero voltar àquela totalidade estrutural. Agora também não quero fazer a história nas gavetinhas, né. Tem que ter uma certa dosagem. Tem que ter essa leitura total e particular, particular e total, esse movimento. Pode ser dialético, como vocês queiram. Isso pra mim é fazer história.

Mas acho que sou meio estranho no ninho. Às vezes é complicado falar sobre isso, né.

### **Revista Cantareira: O professor Ciro também sempre criticou a história cultural como...**

**Carlos Gabriel:** algo separado... Sim. Eu acho que não pode haver isso. Eu por exemplo tenho muitas críticas ao “Thompson culturalista”. Eu não sei que Thompson é esse. Ele é marxista, sempre foi e nunca deixou de ser. É bom deixar muito claro. Essa matriz anglo-saxã marxista pra mim é a melhor de todas, me desculpe o professor Ciro, mas não é a Francesa, não. É bom entende-la pra entender a micro história italiana.

Pros novos historiadores, pós-graduandos e professores é preciso buscar uma dosagem nem tanto para o particular nem tanto para o total. Tentar de certa forma balizar isso melhor. Uma coisa que as décadas de 1960 e 1970 não fizeream, pois foi muito para um lado, e a década de 1980 foi muito para o outro lado. Não é ficar em cima do muro, é preciso fazer escolhas, mas é tentar ver o particular no geral e o geral no particular. Isso é o que o Marx faz, né. Quando ele dá a leitura geral da mercadoria e depois vai pegar a fábrica a manufatura: é o geral e o particular. Pros marxistas é bom a prender com o velho, né. [risos]

Também serve pros historiadores da cultura. O Chartier é um grande historiador, e eu estou aprendendo muito com ele agora. Antes eu achava que ele era historiador das sombras, das nuvens, mas na verdade não é tanto assim. Ele é muito bom.

### **Revista Cantareira: A chegada do Thompson no Brasil foi importante pra historiografia...**

**Carlos Gabriel:** Foi! E aí a boa História Cultural Francesa foi deixada de lado. O que é uma pena. Hoje eu tenho que reconhecer que o Chartier, por exemplo, é muito bom. E também é bastante “burdiético”, eram amigos, né. Mas quando o Thompson entrou a história cultural francesa foi embora...

### **Revista Cantareira: O “Thompson culturalista”, né?**

**Carlos Gabriel:** Não o Thompson social da cultura, mas o Thompson culturalista, podemos

---

---

dizer assim. É engraçado, pois naquele livro “Costumes em Comum” o melhor texto pra mim é “O tempo, a disciplina fabril e o capitalismo”. É o melhor de todos. Pois nesse texto tem a economia do costume, do *morus*, costume como moral, nesse texto você vê isso e vê como ele é gramsciano. Me lembrei muito do Ginzburg, que é um grande gramsciano e não é nem culturalista nem pós-moderno.

O Thompson faz história social antes de tudo, depois você pode botar cultura e tudo mais. Assim como o grande Eric Hobsbawm e outros. A matriz inglesa é boa.

São historiadores tanto de matriz marxista quanto de matriz não marxista. Não tenho pretensões de dizer o que é certo ou errado não forço nas minhas orientações. Se você me convence na sua pesquisa você tem validade. Não importa se você é weberiano, marxista, funcionalista, se você faz com pesquisa, tá safo.

É o que falo pros meus alunos: tá na idade de abrir a cabeça, depois faz as escolhas. Não vem já pré-determinado de fazer a revolução. Que eu acho que aqui não é lugar pra fazer a revolução, se você acha, está no lugar errado. E mais, você tem que conhecer tanto historiadores ditos de esquerda quanto ditos de direita. Eu te dou gente de direita melhor que gente de esquerda e vice-versa. O grande problema é que é muito ideológico, aí pra mim emburrece a leitura de história. Aprendi muito com professores que tinham essa heterodoxia, vamos dizer assim. Acho que não tem que se fechar para nada, tem que ler. Ler e mostrar boa vontade pra explicitar o autor, e concordar ou não. Mas aí, historiadores, não é “eu acho”, é “a minha pesquisa indica isso...”

#### **Revista Cantareira: É a fonte. A nossa matéria-prima...**

**Carlos Gabriel:** Quem disse isso? Pierre Vilar: a matéria-prima do historiador é a fonte. E o historiador se apropria muito da teoria e dos métodos das ciências humanas e sociais. Não existe um método histórico, existe? A maioria dos conceitos é das ciências sociais. O grande problema é a apropriação que nós fazemos. Aí temos que escutar as críticas.

Agora, o mais importante é fazer a pesquisa. Pesquisa é fundamental pro nosso conhecimento. E acho que a universidade, se a gente quiser radicalizar, é produção de conhecimento, é fazer pesquisa e ampliar a divulgação dela. Isso aqui não é um escolão. É ensino, extensão e pesquisa. Não existe hierarquia entre eles. E nós historiadores temos que fazer pesquisa. Pra acabar com o “eu acho isso, eu acho aquilo”. Não acho nada: “você fez pesquisa?”

Tem que fazer pesquisa e se possível buscar a interdisciplinaridade. Se não for possível pelo menos faça pesquisa em História bem feita.

É o que eu tenho feito, dá um trabalho, tem que ler muito... [risos]

#### **Revista Cantareira: Recentemente o senhor deu uma pequena entrevista para um jornal de televisão sobre a estrada de ferro Mauá e seu abandono...**

**Carlos Gabriel:** Foi por causa da minha pesquisa e por causa do trabalho da jornalista Sandra Moreira, mas lógico que tem uma pitada política pra bater no governo ali, a matéria não foi nem um pouco santa. Eu conheci a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro Petrópolis, o Mauá tinha uma companhia de navegação que saía do porto do Rio de Janeiro e ia até o final da baía de Guanabara e ali no porto Mauá pegaria a estrada de ferro dele e subiria até Raiz da Serra. De lá ia de charrete e carruagem até Petrópolis e de Petrópolis até Minas Gerais através da estrada União indústria do Lage. O Mauá tinha o monopólio de navegação dentro da Bahia de Guanabara e também ligando até Raiz da Serra. Isso veio com

---

---

minha pesquisa e tenho muito documento sobre essa companhia.

Me convidaram pra falar por causa do abandono. Eu acho um absurdo um país continental sem estrada de ferro. Mas isso tem tudo a ver com o capitalismo no Brasil, que foi montado em cima da indústria automobilística. Como disse o presidente Washington Luís, “governar é abrir estradas”. E o Vargas fez isso como poucos. É interessante falar isso, pois quando se fala em estradas de ferro o JK vai liquidar com elas e dali em diante esqueça. Mas quem começou a diminuir as estradas de ferro e ampliar as rodovias chama-se Getúlio Dorneles Vargas. É só pegar os dados estatísticos. As pessoas “metem o pau” no governo bossa nova do JK. Não, começa em 1930. Se quiser, anos 1920, mas as ferrovias ainda eram o principal. Mas no governo Vargas que ganha força. Veja a indústria álcool motiva, inclusive para carros de corridas. Com as corridas na lagoa Rodrigo de Freitas na década de 1930. Pai dos pobres, sim...

Mas foi importante falar um pouco dessa ferrovia. Para além da questão do monopólio, tem a ver com a questão dos transportes que é fundamental nesse país, onde o transporte público que se diz de massa não é de massa. Transporte de massa é metro, ferrovia.

É uma coisa surpreendente quando se fala, por exemplo, que “nos EUA o principal meio de transporte de mercadorias é o carro”. Mentira! É ferrovia até hoje, surpreendentemente. “E os caminhões, estradas?” A ferrovia transcontinental é estatal até hoje, não foi privatizada. Isso é interessante, o simbolismo disso: a união, ligando o Pacífico e o Atlântico.

Foi com essa intenção, falar da importância da ferrovia no seu tempo. Mas é claro que quando critiquei o monopólio do Mauá foi cortado, pois Mauá é um mito. Mas havia a intenção da televisão de bater no governo. Que, aliás, essa situação não é culpa desse governo, é dos últimos setenta anos, desde Getúlio Vargas, vamos bater no velhinho, né [risos]. E realmente é um absurdo essa malha ferroviária e não termos opções para além do automóvel.

E acredito que temos que criticar a própria política do governo hoje de incentivo ao automóvel, lotam as avenidas e ruas, mais poluição... não é por aí, né. Acho que tem que se fazer de forma crítica essas leituras. E foi por aí que me convidaram. Mas eu falei 15 minutos só apareceram 5 segundos. [risos]

### **Revista Cantareira: E o senhor sabe como anda o processo dessa estrada especificamente?**

**Carlos Gabriel:** Olha, eu não sei. Tá no Patrimônio Histórico. Havia um projeto, que estou sabendo por alto, de tentar resgatar essas estradas através de turismo, mas com o poder da indústria automobilística e das companhias de ônibus do Rio de Janeiro, municipal e intermunicipal, eu duvido. É uma discussão de natureza política: se quiser fazer você faz, se você tem poder você quebra o monopólio. Agora, o que isso significa a nível partidário? Pra mim isso vai ser uma das maiores revoluções, porque você acaba com a concessão privada desse setor fundamental de serviço e cria mais opções para o cidadão fazer uso do seu ir e vir: monotrilho, metrô descente, trens suburbanos. Acho que é isso. Isso é muito moderno, isso que temos que buscar. Pra isso tem que quebrar os monopólios, que são pesados.

Eu vou muito a Londres, cidade que eu gosto muito (não conheço Paris, desculpem meus amigos francófonos, mas eu sou um anglófono). Estava lendo sobre o prédio mais chique de Londres, e o que ele tem de novidade: uma ligação com o “Tube”, com o metro! É aquela história, eu não quero que o rico deixe de ter carro eu quero é que ele anda em transporte público. Você vê isso em Nova Iorque, em Londres. Mas é uma mentalidade que não sei se chega pra cá... o bacana da nossa sociedade é que ela é toda torta e por ser torta que é legal.

---

---

Mas nós poderíamos ter isso também. A civilização são os bens públicos, isso que é civilizatório. Mas no Brasil isso é complicado. A mente da nossa elite não aceita isso.

E nós, como historiadores temos a função de mostrar as mazelas e as coisas bonitas, mas a cru o que é a história do Brasil, uma história complicada, uma história de donos. Isso tem que vir a público ...

**Revista Cantareira: O que o senhor diria para estudantes que se interessam pela história econômica?**

**Carlos Gabriel:** Acredito que hoje está um pouco melhor, ainda está devagar, mas está melhor. Porque tem mudado um pouco a leitura sobre o que é história econômica. Claro que não tem um grande público perto de história cultural e política, mas acho que devagar está voltando, porque os alunos estão percebendo como a História Econômica faz falta. Na graduação, por exemplo, estudar História Contemporânea e só estudar da Revolução Francesa à Revolução Russa e não ver a Revolução Industrial e o Sistema Capitalista *pari passu* com a sociedade e a cultura não dá. E é o que eu tenho presenciado ainda.

Agora, está melhorando nos últimos anos. Ainda está devagar, em parte culpa nossa, historiadores econômicos, mas está começando a abrir e está vindo essa demanda por parte dos alunos. Eu particularmente acho que deveria voltar no currículo da graduação História Econômica Geral e vou brigar para voltar. É a questão de luta no campo da história, cada um querendo fazer valer sua vontade, mas espero que eu consiga.

Obviamente que a guinada para uma história econômica muito quantitativa achando que a cientificidade era pelo método quantitativo empobreceu muito a história econômica, foi um grande erro. Eu reconheço que houve necessidade de quantificar, sim, mas a radicalização disso espantou os historiadores. Porque historiador não é matemático ou economista. Isso fez com que tivesse um freio, mas o freio foi muito pesado também, e realmente não avançou. Mas fico feliz de estar avançando e estar vindo de baixo, dos alunos.